



Assembleia Municipal

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2013

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente Fernando Rodrigues Louro e pelos secretários Henrique Miguel Caetano Santana e Júlio Manuel Fernandes Pratas. Compareceram nesta assembleia os seguintes deputados: Marco António Heleno Domingos da Silva Silva, João Pedro Lopes da Silva, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Liliana dos Santos Carapinha, Miguel Angelo Lopes Eusébio, António Júlio Raposo Lopes Pereira, Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU-PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Daniel Filipe Martins Coelho, Luís Miguel Sá Pereira (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Paulino Sardinheiro (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos e Francisco José Saturnino Cunha .

A Ordem de Trabalhos proposta na convocatória foi a seguinte:

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da lei n.º 75 de 2013 de 12 de setembro.

Ponto 2 - Proposta de Orçamento, GOP'S e Mapa do Pessoal para o Ano Económico de 2014.

Ponto 3 - Proposta de Emissão Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal, no Âmbito da Lei dos Compromissos – Mandato 2013/2017.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Fiscal Único e Fiscal Suplente (LT – SRU).

Início da Sessão

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 20h58, começando por informar que o Vereador Pedro Gaspar apresentou uma justificação de não presença por motivos de ordem profissional e que a deputada Margarida do Céu pediu a suspensão do mandato e foi substituída pelo seu colega de partido Daniel Filipe Martins Coelho. Mais informou que recebeu uma carta da família do Sr. Leocádio do Vale agradecendo o Voto de Pesar pelo seu falecimento, aprovado na última sessão desta Assembleia. Finalizou dizendo que iria tentar ser mais rigoroso nos tempos de intervenção das várias partes de modo que as assembleias municipais pudessem terminar um pouco mais cedo e não até perto das quatro da manhã como aconteceu na última sessão.

1.º PERÍODO DO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia iniciou este período tendo-se inscrito os munícipes: Eduardo Costa, Carlos Marques, João Pedro do Céu e Ana Cristina Santos.

O munícipe Eduardo Costa interveio sobre o que considerou publicidade enganosa num panfleto distribuído pela empresa Águas do Ribatejo e lamentou a poluição da vala de Alpiarça que leva à morte de peixes. Depois disse congratular-se com a abertura dada pela Câmara Municipal de Alpiarça ao permitir a filmagem e a divulgação das reuniões de câmara através da Internet e sugeriu que as sessões das assembleias municipais pudessem ser também filmadas e divulgadas.

Antes da intervenção do munícipe Carlos Marques, tendo em conta que se tratava da proposta de um voto de pesar, o Presidente da Assembleia informou que os munícipes não podem fazer propostas nas assembleias municipais mas apenas os deputados, por isso deve apenas apresentar o assunto à Mesa que depois fará o que achar por bem. O munícipe Carlos Marques passou a ler um Voto de Pesar a Nelson Mandela, tendo sido interrompido e informado após alguns minutos pelo Presidente da Assembleia que o não poderia fazer daquela maneira. O representante da bancada Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT, deputado Mário Santiago, disse que aceitavam serem eles a apresentar o Voto de Pesar sugerido pelo munícipe. Depois o munícipe em causa usou da palavra pedindo ao Presidente da Câmara que explicasse porque é que na última reunião de câmara disse que ia chamar a GNR alegando que visionou o vídeo da reunião e nada viu que justificasse tal atitude.

O munícipe João Pedro do Céu relativamente ao Orçamental Municipal perguntou ao Executivo para quando pensava regularizar a contrapartida que deve à Fundação José Relvas pelas receitas do Legado Manuel Nunes Ferreira.

A munícipe Ana Cristina Santos que se disse moradora na rua General Norton de Matos no Frade de Cima, lamentou em seu nome e de todos os moradores que a sua rua continue por alcatroar, disse entender as dificuldades por que passa a autarquia que tem feito alguns trabalhos por sua conta, acrescentou que não é o suficiente e pediu que solucionassem aquele problema rapidamente, o qual já se arrasta há vários anos. Depois apelou a que fosse revista a questão da iluminação no lugar do Frade de Cima porque há muita gente idosa a morar sozinha e que têm medo de sair à rua porque têm as suas casas e parte das ruas às escuras e sugeriu que pudessem ser estudados outros métodos alternativos de poupança de energia.

O Presidente da Assembleia disse que ia dar a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos munícipes e informou o munícipe Eduardo Costa que ia fazer os possíveis para que a partir da próxima assembleia de fevereiro de 2014 as sessões passassem a ser filmadas e divulgadas.

O Presidente da Câmara passou a responder ao munícipe Eduardo Costa, opinando que a empresa Águas do Ribatejo é das que tem os tarifários mais baixos que se praticam no distrito e no país, tendo um tarifário social e um tarifário para famílias numerosas, mais informou que a empresa está a preparar a resposta ao memorando preparado pelo munícipe que entretanto foi enviado à mesma. Terminou dizendo que têm sido feitos no concelho de Alpiarça enormes investimentos a nível do tratamento de resíduos sólidos e efluentes domésticos e que a poluição da vala tem sobretudo a ver com descargas pontuais e diretas efetuadas por indústrias não só no concelho mas sobretudo fora do concelho. No que respeita à abertura dada pela Câmara Municipal de Alpiarça ao permitir a filmagem e divulgação das reuniões de câmara, agradeceu as palavras elogiosas do munícipe e disse pensar que Alpiarça está entre as primeiras no que toca à transparência dos órgãos autárquicos e no seu relacionamento com os munícipes.

Em resposta ao munícipe Carlos Marques o Presidente da Câmara disse que não chamou a GNR mas que perante uma atitude ostensiva de provocação, perguntou se seria necessário chamar a GNR para identificar as pessoas porque o público não pode

perturbar o normal funcionamento das reuniões dos órgãos autárquicos ou que ponham em causa a dignidade dos seus membros.

Sobre a intervenção da munícipe Ana Cristina Santos e da necessidade de proceder à finalização do alcatroamento de três ruas do Frade de Cima, o Presidente da Câmara considerou de toda a justeza a intervenção dizendo que é um assunto recorrente que já tem sido abordada nesta assembleia. A câmara já fez alguns trabalhos por administração e direta e tentou candidatar as três ruas e o espaço existente entre o Jardim de Infância e o Ringue Polivalente ao QREN, chegando inclusive a adjudicar a empreitada com projetos concluídos e aprovados na câmara, mas não houve enquadramento por parte do FEDER não só porque a obra excedia o valor de 250.000 euros, mas também porque só se poderiam candidatar eixos estruturantes, que ligassem dois concelhos o que não era o caso, disse estar convencido que a rua Norton de Matos será concluída nos primeiros meses do próximo ano. Relativamente à iluminação pública e tendo em conta o brutal aumento da sua fatura, a câmara optou por este sistema de iluminação alternada entre candeeiros e sempre que qualquer munícipe apresente reclamações por falta de iluminação e se verifique que há razão na petição, a luz tem sido restabelecida.

Depois o Vereador João Arraiolos respondeu ao munícipe João Pedro do Céu dizendo que a rubrica está criada no Orçamento Municipal onde estão consideradas outras transferências e que na última assembleia de contribuintes da Fundação já foi explicado que a Câmara Municipal não se considerava em dívida para com a Fundação uma vez que há que contar com as receitas do Legado para proceder a arranjos de fundo num dos prédios da Avenida de Berna. O munícipe considerou a resposta incompleta alegando que há uma deliberação municipal muito antiga que prevê que as transferências dos Legados sejam feitas mensalmente, que deixaram de ser feitas, que o vereador não informou o valor da dívida e desconsiderou as obras a que o vereador se referiu, considerando-as redundantes.

O Presidente da Câmara informou o munícipe João Pedro do Céu que a informação solicitada será esclarecida com exatidão na Assembleia dos quarenta maiores contribuintes até porque o vereador não possui aqui os dados pedidos que terão de ser apurados junto dos serviços.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia passou a aceitar inscrições para este período, tendo-se inscrito os seguintes deputados: Fernanda Garnel, Luís Miguel Sá Pereira, Maria Gabriela Coutinho, Marco Silva e Mário Santiago.

A deputada Fernanda Garnel, apresentou uma Moção sobre o 100º aniversário de Álvaro Cunhal. Posta à votação foi aprovada com 10 votos a favor da CDU- PCP/PEV, 3 contra do PS, 1 voto contra do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT e 2 Abstenções do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT.

Em declaração de voto o deputado Luís Sá Pereira disse que votava contra a Moção em si por ser um documento que defende políticas com as quais não concorda e não um voto contra a figura de Álvaro Cunhal. Fernando Ramalho também em declaração de voto disse que votava contra a Moção pelos considerandos que contém e opinou que Álvaro Cunhal fazendo parte do Movimento Comunista Internacional era conhecedor das políticas da Ex-União Soviética e de outros países comunistas onde havia uma total falta de democracia e de liberdade, e como eram essas as políticas que se queria para Portugal, com a quais discorda, viu-se obrigado a votar contra.

No uso da palavra, o deputado Luís Miguel Sá Pereira, sugeriu que fossem colocados alguns espelhos nos cruzamentos com a rua da Ribeira. Sugeriu que a Câmara de Alpiarça pudesse envolver-se mais com o comércio local na promoção de descontos sobre alguns produtos. Pediu o ponto de situação sobre o gradeamento do muro da Casa dos Patudos. Relativamente a questões colocadas aqui pela munícipe Ana Cristina Santos disse que durante os Executivos de maioria PS os lugares do concelho nunca foram esquecidos e foi o período em que mais estradas foram asfaltadas em todo o concelho de Alpiarça. Relativamente à iluminação pública opinou que em vez de ser a EDP a desligar lâmpada sim lâmpada não, deviam ser os serviços municipais a proporem quais os que ficariam acesos e os que ficariam apagados e deu como exemplo o perímetro da albufeira dos Patudos onde há um claro exagero de candeeiros acesos.

Usando da palavra a deputada Maria Gabriela Coutinho, apresentou um Voto de Pesar pela morte de Nelson Mandela.

No uso da palavra o Deputado Marco Silva, apresentou também um Voto de Pesar pela morte de Nelson Mandela.

O Presidente da Assembleia disse que haviam dois votos de pesar sobre a mesma pessoa e que era importante encontrar-se uma solução para que não se tivessem que estar a votar dois documentos semelhantes. Depois das intervenções dos deputados Fernando Ramalho, Luís Sá Pereira e Mário Santiago o deputado Marco Silva prescindiu do voto de pesar apresentado pela sua bancada, na condição do voto de pesar apresentado pela bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT ser subscrito pelas três bancadas com assento nesta Assembleia, o que acabou por acontecer em virtude do município Carlos Marques ter prescindido da autoria do texto dado que o Regimento da Assembleia não permite a apresentação de moções ou propostas por parte do público. Posto à votação o Voto de Pesar pela morte de Nelson Mandela foi aprovado por unanimidade.

O deputado Mário Santiago iniciou a sua intervenção com o assunto Águas do Ribatejo, criticando o facto do Presidente da Câmara ter chamado demagogo e populista ao Vereador Francisco Cunha, opinando que era tempo de desmistificar as críticas que são feitas a quem se mostra contra o aumento da fatura da água e fez a leitura de parte do Relatório e Contas da Empresa Águas do Ribatejo, procurando demonstrar que os aumentos propostos não eram necessários.

Apresentou uma Moção sobre descargas poluentes efetuadas no rio Almonda.

Posta a moção à discussão, o deputado Fernando Ramalho usou da palavra dizendo não se ter apercebido da descarga pela comunicação social e segundo se diz na própria moção as descargas foram autorizadas por um instituto público e pelo presidente da câmara da área do concelho e como tal gostava de ser informado do conteúdo dessa descarga.

O deputado Marco Silva disse que a bancada da CDU iria votar contra esta moção.

A deputada Fernanda Garnel perguntou se não chamaram o SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente quando foram efetuadas essas descargas.

O deputado Mário Santiago informou que não tem dados científicos que lhe permitam aferir se a descarga foi grave ou menos grave, sabe apenas que foi uma descarga poluente, que foi atenuada pelo facto de estar autorizada por entidades oficiais. Acrescentou que a moção apenas solicita que exista uma posição do Executivo de Alpiarça junto da empresa Águas do Ribatejo, no sentido de censurar o ato.

O Presidente da Câmara opinou que a Assembleia Municipal pode e deve apresentar e aprovar as moções que quiser o que não pode é vincular através dessas moções o Executivo camarário ou o Presidente da Câmara, opinando que o que se está aqui é a tentar quebrar as regras de relacionamento que existem entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal e simultaneamente de forma provocatória tentar associar o Presidente da Câmara a este ato o que acaba por ser um atentado à dignidade do Órgão Câmara Municipal de Alpiarça.

O deputado Fernando Ramalho defendeu que o Regimento da Assembleia permite que a mesma apresente até moções de censura ao Executivo.

O Presidente da Assembleia disse que a moção não poderia vincular a Câmara Municipal a tomar qualquer posição sobre o assunto.

O deputado proponente da moção sugeriu que se mudasse a palavra para recomendação.

O deputado João Pedro Silva opinou que o que se passou foi dentro dos limites do concelho de Torres Novas e só a esse município diz respeito e que o Presidente da Câmara de Alpiarça não é o SEPNA.

O Presidente da Assembleia pôs a moção à votação, tendo sido reprovada com 10 votos contra da CDU-PCP/PEV, 3 abstenções do PS e 3 votos a favor do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT.

O deputado Fernando Ramalho em declaração de voto disse ter-se absterido porque não foi esclarecido se a água deitada ao rio Almonda era de facto poluente ou se apenas se tratava de águas sujas e como tal não podia votar em consciência.

O deputado Luís Sá Pereira em declaração de voto disse que fazia suas as palavras do seu colega de bancada e acrescentou que não confiava muito em certas notícias veiculadas através de alguns jornais.

O deputado Mário Santiago apresentou um Voto de Protesto pelo modo como a Bandeira Nacional era usada nos mastros do edifício dos Paços do Concelho.

O Presidente da Assembleia pôs o assunto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse que tem o maior respeito pela bandeira nacional e pelo seu país o qual serviu e continua a servir e que age conseqüentemente com isso defendendo a independência nacional e a soberania do país e disse desconhecer que se estavam a infringir as regras no hastear da bandeira e que procuraria junto dos serviços que

fossem cumpridas as normas estipuladas na lei sobre o assunto. Finalizou dizendo que devolvia o epíteto de hipócrita a quem defende tanto a bandeira mas que depois no dia a dia põe constantemente em causa a independência e a soberania nacional.

O deputado Fernando Ramalho considerou exagerado o texto do Voto de Protesto, disse não acreditar que o não cumprimento das normas do hastear da bandeira fosse feito de propósito e que na sua opinião bastaria uma simples recomendação para que a Câmara Municipal cumprisse as normas.

O secretário da Mesa Júlio Pratas lamentou que de uma falha de um ou dois funcionários que lidam com o hastear da bandeira se tenha feito um texto com este exagero e opinou que não se pode classificar todas as pessoas da CDU de hipócritas lá porque não votem a favor deste voto de protesto. Lamentou também que o deputado Mário Santiago utilize toda a espécie de expedientes para atacar o Presidente da Câmara.

Posto à votação o Voto de Protesto foi reprovada com 10 votos contra da CDU-PCP/PEV, 3 abstenções do PS, 1 abstenção do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT e 2 votos a favor do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT.

O deputado Mário Santiago apresentou um Voto de Protesto sobre os aumentos das Águas do Ribatejo e contra a hipocrisia do Presidente da Câmara de Alpiarça.

O Presidente da Assembleia sugeriu que se evitasse a utilização de determinados termos ofensivos nesta Assembleia Municipal.

O deputado Mário Santiago opinou que nesta Assembleia sempre se utilizaram certos termos e figuras de estilo em termos políticos o que considerou diferente de serem os mesmos utilizados em termos pessoais.

O deputado Marco Silva disse que o deputado Mário Santiago não se pode considerar o centro da Assembleia Municipal e que deve respeitar os outros deputados em termos de tempos e intervenções e achou que a bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT tem tentado achincalhar a Assembleia desde o princípio e pediu um pouco mais de elevação.

O deputado Fernando Ramalho disse que este voto de protesto está realmente redigido numa linguagem algo diferente da habitual a que não estamos habituados, mas considerou muito estranha a posição do Presidente da Câmara de Alpiarça nas águas do Ribatejo comparada por exemplo com a posição da CDU de Torres Novas em

que foram feitos cartazes contra aumentos das águas em quarenta por cento, que acaba por ser a posição nacional do PCP que estão sempre contra todos os aumentos, por exemplo nos transportes, não se preocupando se as empresas estão a dar lucro ou prejuízo.

O deputado Luís Sá Pereira disse fazer suas as palavras do seu colega de bancada e que está completamente a favor da criação e existência da empresa Águas do Ribatejo mas que também não concordava com os aumentos propostos, porque a sustentabilidade da empresa não está em causa.

O Presidente da Assembleia pôs o voto de protesto à votação tendo sido reprovado com 10 votos contra da CDU-PCP/PEV, 3 abstenções do PS e 2 votos a favor do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT, verificando-se a ausência de um deputado desta última bancada.

Em Declaração de Voto, o deputado Fernando Ramalho disse que se tinha absterido porque embora concordasse com o Voto de Protesto não concordava com a linguagem utilizada.

Após este período de discussão e votação da documentação apresentada pelas várias bancadas o Presidente da Câmara começou a responder às questões colocadas pelos vários deputados.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Luís Sá Pereira disse que será analisada a pertinência da sinalização sugerida, que a câmara Municipal continuará a envolver-se juntamente com os comerciantes locais na procura de dinamização do comércio local. Sobre o gradeamento da Casa dos Patudos informou que o mesmo já está em Alpiarça, explicou que devido a uma falha no caderno de encargos da obra, o gradeamento ficou na posse do empreiteiro, mas que agora após diálogo com o mesmo o gradeamento regressou à posse do município. Relativamente aos arruamentos dos lugares opinou que o processo de qualificação de um território é um processo contínuo e opinou que todos os executivos à sua maneira que têm passado pelo poder local democrático procuraram fazer o seu melhor e que muitos se lembrarão como era o concelho de Alpiarça no 25 de Abril de 1974 e o que foi feito desde essa data até à atualidade. Relativamente à iluminação pública referiu que é a Câmara de Alpiarça e não a EDP que determina quais as luzes que ficam acesas ou apagadas e sempre que se verificam queixas por falta de iluminação, os casos são

9/26

analisados e se houver razão a iluminação é repostada. Sobre as questões colocadas pelo deputado Mário Santiago disse que não é um defensor oficial das Águas do Ribatejo, disse que pretende é ser coerente numa matéria de grande responsabilidade que tem a ver com um modelo sustentado que pretende distribuir água de qualidade e fazer o tratamento de efluentes às populações abrangidas pela empresa. Teceu ainda mais alguns comentários defendendo a sua posição e as dos restantes presidentes de câmara nesta questão do tarifário desta empresa. Terminou dizendo que preços superiores aos agora aprovados já tinham sido aprovados não só na Câmara Municipal mas também nesta Assembleia em Fevereiro deste ano quando foi votado o contrato de Gestão Delegada à empresa Águas do Ribatejo e que a Tabela agora praticada contém preços ligeiramente mais baixos.

O deputado Mário Santiago fez uma intervenção em defesa da honra dizendo que realmente as tabelas aprovadas na altura pela Assembleia Municipal tinham preços ligeiramente superiores, mas que esses aumentos foram aprovados numa altura em que nada fazia prever que a empresa Águas do Ribatejo tivesse um milhão e seiscentos mil euros de resultados ao final de um ano.

Neste momento o Presidente da Assembleia fez uma pausa nos trabalhos de dez minutos antes de dar início ao período da ordem do dia.

Retomados os trabalhos e atingidas as 24h00 e nos termos do Regimento o Presidente da Assembleia colocou à votação a continuidade dos trabalhos tendo sido votado com 10 Votos a favor da CDU/PCP-PVE, 3 Abstenções do PS, 1 abstenção do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT e 2 votos contra do Todos Por Alpiarça-TPA-PPD/PSD-MPT.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da lei n.º 75 de 2013, de 12 de Setembro.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre este ponto. No uso da palavra disse que a presente informação foi distribuída pelos eleitos municipais e que responderá às questões que lhe forem colocadas e apenas salientaria o acordo estabelecido com o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, para o estabelecimento do

horário de 35 horas semanais para os trabalhadores do Município de Alpiarça, horário esse que tinha sido aumentado para 40 horas semanais.

Inscreveram-se para intervir os deputados: Paulo Sardinheiro, Maria Gabriela Coutinho e Mário Santiago.

Paulo Sardinheiro questionou sobre um estágio feito por alunos franceses em Alpiarça e perguntou os resultados de uma reunião havida no INALENTEJO, por último perguntou quais os resultados das várias reuniões do CLAS - Conselho Local de Ação Social.

Maria Gabriela Coutinho questionou sobre os resultados de uma reunião havida em Alpiarça da Entidade Regional de Turismo. Sobre os autocarros municipais, manifestou a sua discordância na cedência dos mesmos para fins político-partidários, como sejam manifestações, marchas e outras. Sugeriu que fosse colocada sinalética na rotunda do Casalinho, sinalética de stop no entroncamento da Rua 1.º de Maio com a Rua 25 de Abril, também no Casalinho e sinalética de proibição de estacionar na rua Conselheiro Figueiredo Leal.

Mário Santiago relativamente ao documento que está a ser apreciado criticou o facto de vir muita informação sem interesse e lamentou não se veja nem o Executivo nem membros do seu Gabinete de Apoio a fazerem a promoção do concelho em reuniões empresariais, ou com agricultores, ou a participação em feiras nacionais ou internacionais e disse estar convencido que se não forem tomadas esse tipo de iniciativas os empresários nunca virão até nós à procura do concelho, porque há outros Executivos a promoverem os seus concelhos.

O Presidente da Câmara passou a responder ao deputado Paulo Sardinheiro dizendo que foi estabelecido um intercâmbio com uma escola francesa, que já permitiu que estudantes desta escola fizessem dois estágios em Alpiarça o que contribui para a economia local e para a divulgação de Alpiarça em França, e que poderá ser equacionada a deslocação de estudantes portugueses a este país. Sobre a reunião no INALENTEJO informou que o tema foi Perspetivas para o Alentejo, o que para efeitos de fundos comunitários inclui a Lezíria do Tejo, foi feita uma retrospectiva e um balanço da execução do QREN, estando os níveis de execução deste Quadro muito abaixo daquilo que era expetável, mas Alpiarça não, Alpiarça atingiu níveis elevados de execução, executámos tudo e por termos mérito na execução pudemos apresentar uma

11/26

candidatura a um outro projeto. Quanto a perspectivas de investimento futuro que se possam abrir com a abertura de novo quadro comunitário de apoio, ainda pouco se sabe, porque esse quadro só estará mais definido para meados do ano.

Sobre as questões colocadas pela deputada Maria Gabriela Coutinho, o Presidente da Câmara disse que a vinda a Alpiarça da Assembleia Geral do Turismo do Alentejo e Ribatejo, também se insere na lógica de aproximar agentes económicos, porque esta assembleia é constituída não só pelos municípios que dela fazem parte, mas também por um conjunto de entidades que representam vários setores de atividade económica nesta área. Foi feita uma visita a vários pontos turísticos do Concelho e há ainda um compromisso do Presidente do Conselho Diretivo desta entidade de visitar o Concelho de Alpiarça e de contactar diretamente os agentes económicos, no sentido de divulgar e promover o concelho. Relativamente aos transportes do município de Alpiarça disse que estão ao serviço da população de Alpiarça, da cultura, do desporto e da intervenção social e cívica, alegando que é neste tipo de intervenções que integra as atividades sindicais, daí a cedência do autocarro para manifestações. Em relação à sinalética deixou a resposta para o Vereador Carlos Jorge

Sobre as questões colocadas pelo deputado Mário Santiago, o Presidente da Câmara informou que o documento em apreço neste ponto da ordem de trabalhos é da sua responsabilidade e que por Lei tem de vir às assembleias municipais e se há muita atividade que respeita às iniciativas e participações de si próprio ou do seu executivo, outras há que são atividades dos próprios serviços e que necessariamente não podem ser esquecidas e que cabe a cada deputado avaliar do interesse que tem cada atividade incluída na presente listagem. Sobre a representação e divulgação do concelho de Alpiarça e as iniciativas levadas a cabo pensa já ter respondido nas intervenções anteriores.

O Vereador Carlos Pereira sobre a sinalética informou que a da rotunda do Casalinho já está colocada e que as outras situações já estão sinalizadas e em vias de resolução pelos serviços municipais.

O Vereador João Pedro Arraiolos sobre o CLAS - Conselho Local de Ação Social – disse que o Núcleo Executivo do CLAS reúne regularmente de dois em dois meses e sempre que haja necessidade. Disse que no Núcleo Executivo são analisados todos os assuntos de âmbito social onde está representada a Saúde, a Escola, a Segurança Social e o

Gabinete de Inserção Profissional e onde se encontram todas as respostas para os problemas que surgem. Mais acrescentou que existem ainda duas estruturas abaixo do CLAS, que são o Grupo Técnico Operativo que é constituído por Técnicos da Rede Social e o Núcleo Local de Inserção também constituído por técnicos e que se destina a procurar inserir todas as pessoas desempregadas, nalguma atividade e onde se tratam os casos das pessoas que recebem Rendimento Social de Inserção, concluindo que não poderia adiantar muito mais.

O Presidente da Câmara informou que houve um encontro do Núcleo Regional Sul da Ordem dos Engenheiros, no Auditório da Casa dos Patudos e que tivemos também a visita do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, que fez uma visita à Casa dos Patudos. Informou ainda que a Câmara Municipal de Alpiarça vai comparticipar nas obras de recuperação da Igreja de Alpiarça, ajudando a suportar uma parte daquilo que cabe à própria Fábrica da Igreja, para além das verbas que vêm da DGAL.

O Presidente da Assembleia disse admitir que há informações das atividades da Câmara que terão mais importância que outras, mas opinou que é preferível pecar por excesso do que por defeito. Após esta intervenção deu este ponto por concluído.

Ponto 2 - Proposta de Orçamento, GOP'S e Mapa do Pessoal para o Ano Económico de 2014.

O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão e abriu as inscrições para as intervenções. Inscreveram-se para intervir os deputados: Maria Gabriela Coutinho, Paulo Sardinheiro, Mário Santiago, Luís Miguel Sá Pereira, Fernanda Cardigo – Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça, Marco Silva, Fernanda Garnel, João Pedro Silva e Paulo Sardinheiro.

A deputada Maria Gabriela Coutinho centrou a sua intervenção na análise das várias rubricas das GOP, onde disse não ter encontrado os apoios que a Câmara Municipal pretende dar às várias coletividades do concelho. Finalizou a sua intervenção dando os parabéns à Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro, que completa neste mês de dezembro o seu aniversário, elogiando a sua direção e as várias secções pela realização das várias atividades previstas no seu programa de aniversário.

O deputado Paulo Sardinheiro opinou que ainda não era este ano que seria apresentado um plano estratégico para Alpiarça, que as GOPS continua a ser um documento que lista as atividades previstas durante o ano com a respetiva

orçamentação, mas nada em termos de futuro. Perguntou se a revisão do PDM envolve o recursos a meios externos. Considerou excessiva a verba gasta em equipamento informático, porque todos os anos vem aquisição ou renovação de equipamento informático. Considerou irrisória a verba prevista para publicitar o concelho e até a própria Alpiagra. Colocou algumas dúvidas sobre certas rubricas de receitas considerando-as muito pequenas, ao contrário da rubrica “outros” manifestamente exagerada e que devia ser mais discriminada. Colocou dúvidas também na rubrica “venda de bens de investimento”. Congratulou também o município por ter previsto um investimento em energias renováveis, mas que por outro lado não encontrou a rubrica “Energia”. Criticou a verba que vai ser gasta no investimento no complexo desportivo do Casalinho e perguntou o que se entendia por investimento definido e não definido e apontou alguns exemplos de infraestruturas que estão urgentemente a necessitar de reparações e onde não está previsto o gasto de qualquer verba.

O deputado Mário Santiago disse que não iria apresentar qualquer crítica ao documento apresentado, porque no fundo é um *copy and paste* de documentos de anos anteriores, mas que por outro lado se preocupava com a total ausência de um plano estratégico para o futuro de Alpiarça. Relevou que nem no último mandato, nem neste, há obra feita ou a sua previsão para que se crie emprego e que os jovens de Alpiarça não terão qualquer futuro neste concelho e deu como exemplo a construção de um campo de futebol de sete no Casalinho e a recusa sistemática por parte do Executivo de propostas trazidas pelo Todos Por Alpiarça.

O deputado Miguel Sá Pereira relativamente às GOPS disse que concordava plenamente com o deputado Paulo Sardinheiro na análise que fez ao documento, mas que iria aprofundar um pouco mais porque considerava que as GOPS na sua opinião é o documento mais nobre que pode existir numa autarquia e lamentou que haja muitos erros não só ortográficos como de pontuação e sugeriu que no próximo ano houvesse mais cuidado na sua elaboração. Depois disse que não concordava com parte de um texto em que se alegava que a dimensão de Alpiarça dificultava a capacidade de gerar receitas, colocou algumas dúvidas sobre a conservação de espaços públicos, questionou o que é que se fez na aquisição de equipamentos para os bombeiros, questionou os transportes escolares, a ação social, rede social e como vai ficar o CLDS+ em Alpiarça e criticou também um *copy and past* que foi feito em relação à Casa dos

Patudos, questionou ainda os valores que foram distribuídos às associações e qual o critério utilizado. Criticou a infraestrutura desportiva que vai ser construída no Casalinho, sugerindo que o dinheiro poderia ser gasto noutra parte e finalizou dizendo considerar muito pouco que as funções económicas se concentrassem em energias, feiras e caminhos agrícolas. Em relação ao Orçamento criticou também o elevado valor da rubrica “Outros”. Questionou as receitas obtidas com habitações. Depois perguntou quantos funcionários tem o GAP, porque a rubrica tem uma despesa de cerca de oitenta mil euros.

A deputada e Presidente da Junta de Freguesia, Fernanda Cardigo, disse que era a sua estreia nesta Assembleia e considerou que o programa eleitoral da CDU foi um programa muito realista e que as GOPS e o Orçamento estão feitos com base nesse programa e constatou que o Executivo não está preocupado em apresentar grandes obras para outros pagarem, está preocupado com a sustentabilidade do município e disse já ter percebido que os fundos destinados às obras do Campo de Futebol do Casalinho não podem ser aproveitados para mais nada e opinou que este investimento é bem vindo ao Casalinho e que poderá ser aproveitado por muita gente. Disse que se preocupava não só com o futuro dos seus filhos, nem só com a sua rua e por isso tem lutado sempre contra as políticas deste e de outros governos anteriores que são os principais culpados de toda esta situação que se vive neste país.

O deputado Marco Silva disse que a bancada da CDU ia votar a favor deste Orçamento que é um documento realista e defendeu o Executivo alegando que apesar da diminuição de receitas tem conseguido manter e até aumentar as suas atividades, que já reduziu em quase dois milhões de euros a dívida herdada e que se pode alegar que o concelho precisa desta ou daquela obra, mas se não for com fundos comunitários elas não se podem realizar, porque a câmara não tem dinheiro para a fazer por conta própria e não pode recorrer a novos empréstimos.

A deputada Fernanda Garnel defendeu o investimento que a Câmara Municipal tem previsto para o Casalinho.

O deputado João Pedro Silva defendeu não só o investimento previsto para o Casalinho, mas também o investimento que está previsto para os arranjos do espaço na zona da escola do Frade de Cima e para várias ruas daquele lugar. Salientou que a execução orçamental do município de Alpiarça é superior a oitenta por cento, que é

isso que ninguém viu ou não querem ver e referiu que para quem não sabe a composição do Gabinete de Apoio, há um mapa do pessoal da câmara que veio junto à documentação que veio a esta Assembleia e que tem a composição desse gabinete.

O Presidente da Assembleia aceitou uma segunda inscrição dos deputados para ligeiros esclarecimentos.

Inscreveram-se para intervir os deputados: Luís Miguel Sá Pereira, Mário Santiago, Paulo Sardinheiro, Marco Silva e Fernanda Garnel.

O deputado Miguel Sá Pereira considerou que o Orçamento pode ser realista, mas a rubrica “Outros” não tem nada de realista. Deu exemplos em que o financiamento definido é inferior ao financiamento não definido. Relativamente ao GAP depreende que são três funcionários que auferem em média vinte e seis mil euros ano, quando a Câmara tanto diz que quer poupar. Defendeu que o Presidente da Câmara deve ter sim um assessor, mas que o resto de trabalho administrativo e de secretariado pode ser feito por funcionários da câmara.

O deputado Mário Santiago disse que queria esclarecer que nunca disse que nos mandatos anteriores não se fez obra, considerou que há obras feitas pela câmara e pouco ou nada utilizadas, dando o exemplo do edifício no centro da Praça do Município, que não está a ser utilizado, que se fez um edifício no Museu dos Patudos completamente descaracterizado, que foi alcunhado de tenda Touareg e que agora se vai fazer mais um campo de Futebol do qual não foi feito um estudo de rentabilidade. Disse ainda que se fez obra mas não se fez investimento que traga empresas, que crie emprego e que traga mais moradores para o concelho.

O deputado Paulo Sardinheiro relativamente ao parque desportivo para o Casalinho, disse que sua bancada tem uma opinião diferente da forma como se devem aplicar os fracos recursos financeiros e considerou que o modelo seguido pelo Executivo é o mesmo que construiu vários estádios de futebol a nível nacional, alguns dos quais em franco declínio, abandonados ou penhorados. Relativamente às GOPS disse que falta no documento uma substância importante que ajude o desenvolvimento económico de Alpiarça.

O deputado Marco Silva considerou que há vida para além do hipotético campo de futebol do Casalinho, que era importante falar daquilo que se faz pelas crianças de

Alpiarça e deu alguns exemplos como a fruta que se distribui pelas escolas, as aulas de equitação, aulas de natação, aulas de patinagem.

A deputada Fernanda Garnel opinou que o projeto para o Casalinho, para além de parque desportivo, também tem um parque infantil e que a concretizar-se será uma alternativa ao complexo desportivo dos Patudos que muitas vezes está lotado.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara no sentido de esclarecer os deputados sobre as questões colocadas.

O Presidente da Câmara disse que depois de tão vasto conjunto de questões, iria dar os esclarecimentos que fossem possíveis, dando também a palavra aos vereadores, sendo também importante que quem colocou as questões se mantivesse na sala para ouvir as respostas. Começou por dizer que tal como já foi dito em relação ao Orçamento à GOPS do ano anterior, também o Orçamento e o Plano de Atividades deste ano são documentos realistas que vão chegar ao final do ano com níveis de execução bastante altos, superiores a oitenta por cento. Por outro lado disse que há grandes dúvidas e indefinições relativamente ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, porque há uma transição de Quadros, estando a acabar o QREN e vem aí outro quadro comunitário que ainda nem nome tem, daí que hajam rubricas abertas no orçamento com verbas muito pequenas, na perspetiva de nos candidatarmos. Estando as rubricas abertas, as receitas que eventualmente venham a entrar resultantes de alguma candidatura podem ser afetadas a essas rubricas. O Presidente da Câmara disse que vai ser um Orçamento realista até porque as regras assim o impõem. Referiu ainda que já o disse por mais de uma vez que há a preocupação também de não deixar dívida para o futuro, porque essas regras assim o impõem.

O Presidente da Câmara em relação ao parque desportivo e de lazer do Casalinho, afirmou que já aqui foi dito muitas vezes que é uma forma de aproveitarmos o financiamento comunitário e fazer a candidatura, porque o QREN está a acabar, já transitou para janeiro de 2014, ao nível do INALENTEJO. Disse ainda que as prioridades do Executivo seriam outras, realizar outras obras, mas restando apenas esta possibilidade, optou-se por este projeto, que considerou um equipamento importante para o nosso concelho e que nada tem a ver com os estádios de futebol, que obedeceram a outros critérios e a outra lógica, cuja construção foi iniciada durante os governos pelo qual o deputado Paulo Sardinheiro já foi eleito e concluídos por outro

17/26

governo pelo qual o mesmo deputado está eleito neste mandato. Concluiu dizendo que se for possível executar o parque desportivo do Casalinho, será um equipamento que vai dinamizar um dos lugares do nosso concelho e ao mesmo tempo regenerar aquela área urbana.

Relativamente aos apoios às coletividades o Presidente da Câmara disse que esses apoios são para continuar e até subir ligeiramente. Acrescentou que o apoio social, o funcionamento regular e as despesas com atividade cultural, desportiva, com a educação e a atividade regular dos serviços consomem a fatia de leão dos orçamentos municipais neste momento e que é uma coisa para a qual algumas pessoas não estão despertas e considerou que o Orçamento da Câmara de Alpiarça se adapta a estas realidades.

Quanto à dimensão que aqui foi falada, de não gerar receitas, esclareceu que tem a ver com a dimensão populacional e económica do nosso concelho.

Sobre a proteção civil o Presidente da Câmara disse que foram adquiridos equipamentos de proteção pessoal para os bombeiros, deu o exemplo da ambulância do INEM que foi colocada em Alpiarça, deu o exemplo de cursos de formação dos bombeiros e da aquisição de uma viatura de combate a incêndios urbanos, através de fundos comunitários e que ainda está em curso e que é um problema que ultrapassa as dezenas de corporações envolvidas neste concurso.

Sobre a Casa dos Patudos, o Presidente da Câmara referiu que já disse aqui dezenas de vezes, que foi objeto do maior investimento de sempre, que é um investimento de mais de 2,5 milhões de euros, que é um processo que vinha de trás e que nós agarrámos, que nos consumiu a maioria dos recursos financeiros dos últimos quatro anos e que é um espaço que tem de ser e está a ser dinamizado, já foram realizadas várias iniciativas no novo auditório/edifício polivalente e o aumento do número de visitantes é já um reflexo da divulgação, promoção e da dinamização da Casa dos Patudos que estão em curso.

Quanto aos critérios de distribuição de subsídios pelas coletividades, o Presidente da Câmara disse que eles obedeciam a um Regulamento de Apoio ao Associativismo que existe para o efeito.

Quanto à questão do Gabinete de Apoio que vem aqui com regularidade, o Presidente da Câmara informou que temos três elementos que é o que a Lei permite, tínhamos

mais mas a Lei alterou essa situação e considerou que são pessoas fundamentais ao trabalho do município, à ligação à estrutura política e ao funcionamento dos serviços. Quanto à contenção ela é evidente, tanto que há redução substancial de dívida.

O Presidente da Câmara frisou que não é justo que eleitos coloquem questões ao Executivo e se ausentem da sala e não ouçam as explicações e que os órgãos eleitos pelo voto popular merecem todo o respeito.

O Vereador João Pedro Arraiolos informou a deputada Gabriela Coutinho que a parte analisada pela deputada se referia às relações entre o Agrupamento de Escolas e a Casa dos Patudos e não extensivas a toda a cultura.

Relativamente ao Orçamento o Vereador disse que é um orçamento realista e cada vez temos de se caminhar mais para aí, por força das novas leis que entretanto surgiram das finanças locais, está previsto também um acompanhamento muito mais próximo e penalização até para os municípios que não atinjam 85% de cumprimento do Orçamento. O Orçamento terá de ser o mais realista possível e terá de ser uma atitude prudente de forma a que se faça um Orçamento que se consiga cumprir e atingir o nível máximo de execução possível de forma a que não hajam cortes nas transferências, como aconteceu no passado, em que se ultrapassou o limite da dívida já desde 2008 e o município de Alpiarça foi condicionado nas transferências vindas do Orçamento de Estado. O Vereador acrescentou ainda que os níveis de execução orçamental passaram dos 52% em 2008, 60% em 2009 e nos últimos três anos 85%, 80% e este ano até 6 de Dezembro já vamos também com 80% de execução do Orçamento. Disse que era uma opção clara de encarar este documento previsional com toda a realidade e explicou que se entendia por financiamento definido e não definido. Explicou que financiamento definido tem a ver com aquilo que se prevê gastar num determinado investimento e no caso de haver já um determinado projeto em que seja já conhecido o valor do mesmo e caso se concretizem as candidaturas passa de financiamento não definido para financiamento definido e não obriga a uma revisão orçamental e caso não se concretize não poderemos ser penalizados pela não execução daquele projeto naquele valor, porque estava como não definido inicialmente, porque estava condicionado à aprovação de uma candidatura. Quanto ao custo do PDM no valor de 30.000 euros, o Vereador disse que é uma aquisição de serviços que já vem de

anos anteriores e está entregue a uma empresa externa e após várias alterações pensam concretizá-lo no ano de 2014.

Relativamente às verbas para publicidade o Vereador considerou que é o que se considera necessário e para a Alpiagra está prevista uma verba de 5.000 euros para sua divulgação.

Quanto aos 200 e tal mil euros de rendimentos de propriedade informou que tem a ver com rendas pagas pela EDP pela utilização da rede elétrica.

Quanto à questão dos Outros que frequentemente vem aqui, tem a ver com todas as rubricas do POCAL – Plano Oficial da Contabilidade Autárquica, em que há receitas e despesas que não tendo enquadramento em rubricas próprias são orçamentadas em “Outros”.

Informou ainda que a Energia gasta no concelho, está na rubrica Encargos com Instalações e tem um custo de cerca de 300.000 euros.

O Vereador referiu também que a Ação Social, Bolsas ao Ensino Superior, o Apoio a Famílias e Idosos, Alpiarça Solidária e Rede Social são para continuar. Quanto ao CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social, o Vereador informou que o papel da Câmara é de parceria nas ações a serem desenvolvidas, não tem uma intervenção financeira direta, mas encontrando-se o projeto em fase de finalização estão divulgados os objetivos do Plano de Ação.

Relativamente às verbas que estão previstas em Habitação, disse corresponderem à eventual venda de habitações que são propriedade do município.

O Presidente da Câmara pediu para usar da palavra dizendo que costuma aqui ser feita a ligação entre a atividade do município e as questões ligadas ao emprego e à criação de emprego, porém considerou que estes problemas não podem ser vistas apenas à luz e exclusivamente da nossa atividade e do nosso território, porque senão Alpiarça seria uma exceção e não é. Considerou que a parte mais importante e significativa de responsabilidade nestas matérias são de políticas que estão para lá da atividade autárquica e que muito a condicionam e que têm a ver com a atividade governativa, com as opções políticas mais gerais do nosso país e de outras esferas.

Posto à votação o ponto foi aprovado com 9 Votos a favor da CDU, 3 votos contra do PS, 1 voto contra do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT, 1 Abstenção do Todos por

Alpiarça-PPD/PSD-MPT. Verificou-se a ausência de um deputado da CDU-PCP/PEV e de um deputado do Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT.

Ponto 3 - Proposta de Emissão Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais pela Câmara Municipal Âmbito da Lei dos Compromissos — Mandato 2013/2017.

O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão.

Intervenção do deputado Mário Santiago que sugeriu que dado o adiantado da hora, se usasse uma atitude prática e se passasse à votação.

Posto a votação o ponto foi aprovado por unanimidade com a ausência de um deputado da bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Fiscal Único e Fiscal Suplente (LT-SRU).

O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão.

Intervenção do deputado Mário Santiago que em afinidade com este ponto, perguntou sobre a eventual obrigatoriedade legal da Câmara de Alpiarça vir a ter um Revisor Oficial de Contas.

O Presidente da Câmara respondeu ao deputado, dizendo que era verdade e que a nova Lei das Finanças Locais impõe um Revisor Oficial de Contas em cada um dos municípios e que a Câmara de Alpiarça terá de tomar os devidos procedimentos para estabelecer um contrato de assessoria nesta matéria.

Posto à votação o ponto foi aprovado por unanimidade com a ausência de um deputado da bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT.

2.º PERÍODO DO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia deu início a este período passando a aceitar inscrições dos munícipes: Eduardo Costa, Cláudia Precaté Hortelão, Octávio José Augusto, Victor Cardoso, João Pedro Céu e Tiago Rodrigues.

O Presidente da Assembleia informou que daria rigorosamente dois minutos e meio a cada munícipe para intervir.

Começou por dar a palavra ao munícipe Eduardo Costa que se congratulou pelo entendimento que se fez entre as várias forças políticas no sentido de se votar unanimemente o Voto de Pesar a Nelson Mandela. Depois o munícipe fez uma alusão ao panfleto distribuído pela empresa Águas do Ribatejo que já tinha abordado no 1.º

21/26

período de intervenção do público dizendo que na sua opinião as tarifas praticadas serão das mais baixas da região, mas não do país e criticou igualmente a forma como é aplicada a chamada tarifa social, a quem tem mais baixos rendimentos, considerando que a forma de cálculo deveria ser alterada e agradecia o empenhamento da Câmara Municipal nesse sentido.

A munícipe Cláudia Precate Hortelão, moradora na rua do Pinhal da Torre, lamentou que a rua onde mora durante décadas nunca tenha sido tratada de forma condigna porque se num troço de rua há moradores que tiveram direito a rua alcatroada e até parque de estacionamento, no outro troço onde mora a rua nunca foi alcatroada, ficando apenas em terra batida e perguntou o que é que o Executivo tinha previsto para solucionar este problema.

O munícipe Octávio Augusto usou da palavra para dizer que em dois momentos distintos em órgãos autárquicos de Alpiarça não só o seu partido como também o seu nome foi envolvido numa alegada reunião que teria havido onde se teria afirmado que seria bom que o posto da Segurança Social em Alpiarça encerrasse para que se pudesse fazer mais uma manifestação, afirmou para que conste, que essa afirmação é completamente falsa. Depois disse para que a História não se perca que Nelson Mandela não só era militante e dirigente do Partido Comunista da África do Sul como com este partido em conjunto com a Central Sindical da África do Sul, constituíram o ANC-Congresso Nacional Africano. O munícipe disse ainda que para que conste Nelson Mandela poderia ter sido libertado 5 anos antes se abandonasse a luta armada, mas como se recusou a fazê-lo, ficou preso mais tempo. Acrescentou que foi nessa altura que um cidadão que hoje é Presidente da República Portuguesa, acompanhou outros dois países, na votação contra a libertação de Nelson Mandela. O munícipe disse ainda que foi mostrado um documento que contém uma posição do PCP de Torres Novas contra o aumento brutais de 40% na água. Seria bom que se divulgasse a data desse documento e desse cartaz, porque não tem nada a ver com as Águas do Ribatejo, mas sim de uma posição contra a tentativa da Câmara de Torres Novas de privatizar os SMAS, de depois de um enorme debate público resolveu seguir outro caminho e pediu a sua integração nas Águas do Ribatejo. Sobre o que aqui foi dito hoje por um deputado municipal sobre o nosso futuro coletivo, disse que concorda com tudo isso,

mas que a culpa não será da Câmara de Alpiarça mas sim das políticas do governo que importa demitir e marcar novas eleições.

O munícipe Vitor Cardoso no uso da palavra teceu algumas considerações sobre a falta de emprego em Alpiarça, alegando que era um problema preocupante mas que não se sentia apenas em Alpiarça mas sim em todos o país onde todos os dias fechavam fábricas, fechavam estações dos CTT, Repartições de Finanças, vão fechar os Estaleiros de Viana do Castelo, engenheiros, médicos, enfermeiros emigram com cursos pagos por todos nós, considerando que é culpa das políticas do governo do PPD/PSD que todos os dias destrói empregos, governo esse que apoiou precisamente o Todos Por Alpiarça a candidatar-se aos órgãos autárquicos. E que a Câmara de Alpiarça é uma vítima desta política e não a culpada.

O Munícipe João Pedro do Céu perguntou se o canil municipal estava sob a gestão da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, questionou se o plano de ordenamento para a Zona da Escola do Frade de Cima previa lá a colocação novamente dos equipamentos do parque infantil de lá retirados. Por fim e dirigindo-se em concreto ao vereador João Pedro Arraiolos, perguntou se tal como estão a ser retidas e não entregues à Fundação Relvas verbas para uma eventual futura recuperação de um prédio do Legado Manuel Nunes Ferreira, se também está a criar algum fundo especial para acorrer a uma eventual reparação do edifício dos Paços do Concelho, que seja preciso recuperar de estragos a ocorrer num futuro e eventual terramoto.

O Munícipe Tiago Rodrigues leu o extrato de uma notícia sobre a decisão do Tribunal Constitucional, que considerou que a proposta do Governo que tinha como objetivo a convergência do regime de pensões do setor público com o regime das pensões do privado, à custa da redução das pensões dos funcionários públicos, era inconstitucional, porque violava o princípio da proteção da confiança obrigando o Governo a recuar tal como foi obrigado a recuar quando o Governo retirou aos funcionários públicos o subsídio de férias e de Natal. Em relação a esta decisão afirmou que se congratulava com esta decisão e que ela o fazia acreditar que ainda vivemos num país livre, democrático e protegido pela Constituição.

O Vereador Francisco Cunha pediu a palavra para fazer a defesa da honra em relação a uma parte do que foi dito na intervenção do senhor Octávio Augusto, dizendo que tinha entregue numa reunião de câmara um requerimento para o Presidente da

Câmara providenciar no sentido de não fechar a delegação da Segurança Social em Alpiarça, porque isso foi posto em causa e em determinada altura houve uma reunião entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e o Diretor Regional da Segurança Social e onde foram sugeridas umas novas instalações que seriam no antigo Lavadouro. O Vereador disse que a ex-presidente da Junta de Freguesia, Dr.^a Joana Serrano, eleita pela CDU no mandato anterior, lhe disse que no fim dessa reunião tinha sido chamada ao partido e na presença do sr. Octávio Augusto e do Presidente da Câmara lhe tinha sido dito que ela não tinha nada que sugerir aquelas instalações porque interessaria ao partido que a Segurança Social fechasse, que os CTT fechassem, para o partido ter possibilidade de ir para a rua combater a política deste governo. Mais disse que não é nem nunca foi militante de qualquer partido, nem defende as políticas deste ou de outro governo, mas muniu-se de provas, nomeadamente correspondência, em como realmente aconteceu essa reunião entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e o Diretor Regional da Segurança Social e que acredita muito mais na palavra da Dr.^a Joana Serrano do que noutro senhor qualquer, que na sua opinião nem munícipe é.

O deputado Fernando Ramalho usou da palavra para dizer que a ser verdade o que aqui foi afirmado pelo Vereador Francisco Cunha, é muito grave, porque é posto em causa o futuro de Alpiarça em detrimento de estratégias partidárias e porque coloca o Presidente da Câmara no centro desta conversa e gostaria de ouvir da boca do Presidente da Câmara se é verdade ou não o que aqui foi dito pelo Vereador Francisco Cunha.

O Presidente da Assembleia concedeu três minutos ao munícipe Octávio Augusto para fazer o contraditório em relação ao que foi aqui dito pelo Vereador Francisco Cunha.

O munícipe Octávio Augusto disse que não era sua intenção alimentar esta polémica, era apenas para constar que o cidadão Octávio Augusto afirmou que o que foi afirmado sobre a sua pessoa, aqui nesta Assembleia por um cidadão que na altura ainda não era eleito e na câmara municipal depois de eleito, era completamente falso. O munícipe disse que na altura alertou, não para a necessidade de fazer manifestações e encerrar serviços, mas para aquilo que se estava a passar no Couço em que se encerrou a estação dos CTT, a loja de pesca passou a ser posto de correio e as pessoas do Couço agora para receberem a pensão têm de apanhar um táxi e ir a Mora para o fazerem. Nessa conversa que teve alertou ainda para outra coisa, que é a questão da renda que

24/26

é paga pela Segurança Social, à Casa do Povo, que sendo um movimento associativo precisa dessa renda para sobreviver. Deixou ainda um recado para o Dr. Tiago Leite, que é o Diretor da Segurança Social, que até vive em Alpiarça e que é quem queria fazer esta negociata. Eles que pensem em encerrar a Segurança Social e levam com uma manifestação, se encerrarem a estação dos CTT também levam com uma manifestação, se encerrarem as Finanças levam com uma manifestação, assim como levaram com uma quando não havia médicos em Alpiarça e queriam encerrar o Centro de Saúde, em que o município disse que não sendo de Alpiarça esteve na primeira linha dessa luta e em manifestações futuras e espera ver lá outros que nunca viu, a defenderem os interesses da sua terra.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos vários municípios.

No uso da palavra o Presidente da Câmara disse que começaria por este último assunto, uma vez que foi citado pelo Vereador Francisco Cunha numa situação em que não participou e que iria formalmente enquanto Presidente da Câmara pedir ao Dr. Tiago Leite que comprove as declarações que o Vereador Francisco Cunha aqui está a fazer e que tomará as devidas providências, sobre a resposta que lhe for dada. O Presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal não irá aceitar encerramentos de serviços públicos de forma passiva nem se irá substituir ao poder central em responsabilidades que não são suas. O Presidente da Câmara disse que já tinha afirmado na altura e reafirma agora que não participou em qualquer reunião com o Dr. Tiago Leite e com a ex-Presidente da Junta de Freguesia, em que tivesse sido abordado o assunto do encerramento da delegação da Segurança Social de Alpiarça.

Relativamente à intervenção do município Eduardo Costa disse que é compreensível a sua preocupação com a tarifa social das Águas do Ribatejo mas que tem de haver sempre um limite e que podem ser discutidas outras formas de beneficiar os que têm menores rendimentos.

Sobre a intervenção da município Cláudia Precaté Hortelão considerou que o assunto aqui trazido é perfeitamente justo, que o Executivo terá de procurar resolvê-lo assim como já resolveu outros dentro da malha urbana, que tal como este se arrastavam à décadas. Relativamente às intervenções dos municípios Octávio Augusto e Vitor Cardoso, disse que o Executivo também se preocupa com o futuro de Alpiarça, e

25/26

também dá o seu contributo através de ações concretas acompanhando o movimento dos agentes económicos, disse que infelizmente fecharam pequenas empresas, mas que no que toca às empresas de referência e grandes empregadoras no nosso concelho não fechou nenhuma, antes pelo contrário até houve instalação de novos investimentos e reforços na produção.

Em relação à intervenção do munícipe João Pedro do Céu informou que a gestão do Canil Municipal cabe à Junta de Freguesia. O Presidente da Câmara disse que a escola primária do Frade de Cima está desativada, que há um projeto do CLDS+ para reativar aquele espaço e que depois se terão de estudar quais os equipamentos a colocar no local. Sobre a Fundação José Relvas e os legados o Presidente da Câmara disse que o Vereador João Arraiolos já respondeu e que não sabe se ele quer dizer mais alguma coisa.

Quanto à intervenção do munícipe Tiago Rodrigues disse que estava genericamente de acordo com o que foi dito pelo munícipe embora não depositasse uma confiança cega em todos os juizes do Tribunal constitucional.

O Vereador Carlos Jorge em relação à intervenção do munícipe João Pedro Céu e ao escorrega que foi retirado da escola do frade de Cima, disse que o equipamento estava bastante degradado e que foi recuperado pela Câmara Municipal apesar de ser propriedade da Junta de Freguesia, que foi colocado na Alpiagra durante o decorrer da mesma e que depois com autorização da Presidente da Junta de Freguesia foi colocado na Reserva do Cavalo do Sorraia, onde é utilizado diariamente pelas crianças que visitam aquele espaço.

O Presidente da Assembleia informou relativamente à Moção que foi apresentada sobre Álvaro Cunhal, que lhe foi entregue um livro editado pela Câmara Municipal de Ponte da Barca com o título “O comunismo hoje e amanhã”.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, eram duas horas e cinquenta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata e vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____